

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 030

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernando Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE ABRIL DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado José Maria Ferreira, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Não há expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

Esta presidência em a satisfação de saudar a presença de Luiz Carlos Cardoso líder comunitário do município de Ibiporã, o qual tenho o privilégio de representar.

Solicito o deputado Basílio Zanusso que desempenhe a função de 2º secretário da Mesa executiva nesta sessão.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Durante esta semana e mais precisamente nos últimos dois dias, veio os senhores deputados que questionam as posições assumidas nesta Casa, pela Bancada que sustenta o governo dizendo de que as CPI's eram laranjas. Tiveram ilustres deputados da Bancada que estiveram no plenário, aqui, foram a tribuna e não aceitavam aqueles adjetivos colocados nesta Casa, pelo pensamento de nós deputados da Oposição.

Hoje, senhores deputados com satisfação vejo, de que a imprensa livre do Paraná, através dos seus mais conceituados órgãos de comunicação deste Estado, coloca em seus editoriais, que eu peço a transcrição nos Anais desta Casa para que fique marcado, senhor presidente, as CPI's laranjas, opinião não tão somente desses senhores deputados, mas opinião exteriorizada por um jornal que merece a credibilidade, principalmente, num argumento no qual é inquestionável com a descrição que é feita.

(Lê):

“CPI's laranjas

Foi golpe da situação ou incontida vontade de trabalhar? Por que de repente, a Assembléia Legislativa do Estado cria cinco comissões parlamentares de inquérito, entupindo as disposições regimentais que permitem a instalação desse instrumento do Legislativo? Cinco no máximo, diz o regimento. E, ao criar as cinco, impede que outras, pretendidas pela minoria, possam ser instaladas e funcionar.

Forças situacionistas usaram inusitado expediente de obstrução. Decidiram multiplicar para complicar, criando as comissões parlamentares de inquérito laranjas, cujo único objetivo é impedir que comissões para valer se formem e investiguem ações e omissões do governo que podem valer-lhe perda de prestígio.

O golpe, engendrado pela madrugada, frustra as oposições, que desejavam ver o governo sentar-se no banco dos réus em investigações sobre o pedágio, o narcotráfico e tantos outros temas que servem de pretexto para a constituição de CPI's.

Não somos contra as CPI's nem poderíamos ser, na medida em que signifiquem instrumentos capazes de investigar o que se oculta no poder ou por detrás dele, muitas vezes de forma criminosa ou danosa para os interesses públicos. Mas vamos reconhecer que esse negócio de CPI's em penca está desmoralizando essa arma parlamentar. Um velho ditado popular diz que “quem quer fazer, faz; e quem não quer, faz uma comissão”.

A facilidade com que se vêm falando em CPI's e as criando nas nossas casas legislativas, seja como manobra obstrucionista - como agora-, ou como abertura de panos de boca em palcos onde querem se exhibir alguns políticos e politiquinhos, além de desmoralizar esse instituto, demonstra que os legisladores deixam de fazer o trabalho de todos os dias ou o fazem com demasiado desleixo.

As investigações que propõem sejam feitas via CPI's, muitas vezes poderiam ser feitas no dia a dia das atividades parlamentar, dispensando-se a constituição de comissões especiais e manobras, como a da criação de CPI's laranjas.

Um deputado (se bom deputado!) tem por obrigação batalhar sobre problemas, como os preços do pedágio, o tráfico de entorpecentes e o envolvimento de policiais com criminosos, o roubo de cargas, a corrupção e o que mais venha agora abonando a idéia de constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito.

A atividade parlamentar não pode restringir-se só a amenidades, como discursos elogiosos aos poderosos do dia ou propostas de concessão de títulos de cidadania honorária.

Que não se frustrem os que desejam CPI's sérias e se viram impedidos de criá-las pela manobra regimental de plantação de comissões laranjas. Mesmo sem CPI's, é possível investigar e denunciar, talvez sem tantos holofotes, mas de forma igualmente eficiente."

Aí que nós entramos senhor presidente e senhores deputados, porque a Bancada Situacionista tem medo da CPI do Pedágio? Por que o governo que se diz honesto do senhor Jaime Pedágio Lerner tem medo da CPI do Pedágio?

A imprensa falada, escrita e televisada é testemunha de que nós deputados que questionamos o pedágio no Paraná, seremos, e aqui vai uma ressalva ao ilustre amigo Braz Palma, obrigados a continuar no assunto. Não por demagogia, não por uma situação que nós queremos contrapor os argumentos que nós respeitamos dos ilustres amigos, mas por uma questão de verdade. É igual quando, alguém questiona uma posição que a gente toma e a gente não quer falar no assunto por quê? Porque deve alguma coisa. Acho que o governo está devendo ao povo do Paraná o questionamento do pedágio: seja nos contratos, seja na tarifa, seja no pedágio do gás, seja, enfim, tudo aquilo que nós queremos saber. E agora quando nós vemos num desses jornais que espelha a nossa vontade, que traz transcrito o ilustre Líder do PMDB Nereu Moura, ilustre Líder do PT nosso amigo Péricles Mello e os outros senhores deputados da base governista, quando a imprensa assume a titulação de CPI's laranjas. Será que vai ter algum deputado da situação para questionar o Estado do Paraná? Aqui está estampado a opinião de alguém que não é da Bancada da Oposição mas que é da família paranaense, que nós endossamos e que nós posicionamos desde o início, marcando que as CPI's teriam uma titulação. Foi o ilustre Líder das Oposições, o deputado Colombo, que mostrou a este Estado que alguma coisa de verdade não teria vontade expressa naquelas cinco CPI's. E eu volto mais uma vez, senhor presidente, senhores deputados, pedir ao Líder do Governo, nosso amigo deputado Valdir Rossoni que tanto tem batalhado e mostrado ao Paraná as realizações do governador e que nós reconhecemos algumas e temos a certeza que foram muitas. Quem nós queríamos ter, nesta oportunidade, a

retirada de uma das CPI's e nos dá a chance de nos provarmos que o governo é honesto, que o governo é sério, que o governo é competente com a CPI do Pedágio. Nós teremos a humildade, deputado Hermas Fonseca, suficiente de aplaudir o governador Jaime Lerner se no final da CPI do Pedágio estiver certa a tarifa, estiver certa a cobrança do pedágio do gás, estiver certa a retirada das obras prioritárias como aquele contorno de Ponta Grossa que foi feito de um acordo que ninguém participou e outras obras do Paraná.

Teremos a humildade de cumprimentar e de dar realmente, aquilo que nós queremos que é o bem-estar da família paranaense. Ninguém de nós é contra qualquer atitude que venha em benefício e demonstrar a verdade do governo do Estado. Nós não somos contra o Estado do Paraná, nós somos contra a atos praticados pelo governo do Estado contra a população. E aqui está o questionamento, não nosso. É um questionamento que nem o ilustre e conceituado deputado Durval Amaral, que tem um cabedal de conhecimentos, lendo um editorial desses, ele não arrumará um questionamento que não é nosso, um questionamento que é do Estado do Paraná de um dos melhores e mais conceituados jornalistas, quando ele coloca que precisa transparência necessária para cobrarmos - não da Bancada da Situação que respeitamos e somos amigos, que convivemos nesta Casa, mas nós queremos o respeito a este Poder Legislativo do governo do Estado que não tem, o governo do Estado pensa que tendo a maioria na sua mão, como possui, ele não tem o respeito com as atitudes que o povo do Paraná exige, foi no narcotráfico, está sendo no pedágio, será amanhã nos jogos da natureza, será depois de amanhã no setor de comunicação, lá do Palácio Iguazu, então os questionamentos vêm vindo.

Nós, estamos tão somente nesta tribuna e nas pessoas dos companheiros da Oposição expressando o que o povo deseja saber. E aqui está a titulação não só de um editorial, de dois editoriais, aonde a classe livre do Paraná, que pensa, a classe que fornece os elementos para a população paranaense que é a imprensa, estão questionando.

Ontem tivemos aqui líderes religiosos, homens ligados a Igreja Católica que nunca se envolveu em política, quem se envolve em política estão aqui assentados dois pastores, e mais alguns prescritos nos amigos, o Pastor Edson, o pastor Takayama, outros prescritos da grande igreja que são nossos irmãos evangélicos, tem padre que também entrou no Congresso Nacional, como o Padre Roque de Ponta Grossa, que individualmente tiveram seus mandatos conseguidos pelos trabalhos sociais, assistenciais e pela sua capacidade.

Mas, ontem senhor presidente, aqui estive a Pastoral da Terra, aqui se encontrou Dom Ladislau, aqui vieram movimentos da Igreja Católica como um todo, igual a campanha da fraternidade deste ano, mostrando de que quando a gente se une, quando temos o respaldo daqueles que não têm outro interesse a não ser servir a

Deus e ao povo, e foi assim que nós entendemos aquela voz macia, quando entregaram a Vossa Excelência, senhor presidente um documento que tem muita validade para gerações futuras, que mostrará a este Plenário e a este Estado que alguma coisa foi tentada fazer, quando íamos no tempo da ditadura, quando saiu um documento expresso em um livreto igual esse que lhe foi entregue, deputado José Maria Ferreira, quando alguém dessa Nação, dizia que navegar é preciso, “navegar é preciso”, e aquele grito feito por aquela Oposição que era sufocada de todas as formas pela Revolução, aquele navio ou aquele barco que saiu naquela expressão: “navegar é preciso”, chegou neste Plenário com a democracia que nós vivemos.

Agora, fazendo uma comparação quando a Oposição, quando os jornalistas, quando os radialistas, quando a Igreja Católica, quando eu acredito e tenho a certeza que os irmãos evangélicos vão se somar a isso, porque nos seus procedimentos todos nós caminhamos em direção ao nosso bom pai, e neste caminho nós nos somamos com todos, pelo caminho do bem, da decência e principalmente da verdade.

Então, senhor presidente, na transcrição dos anais desta Casa, com estes editoriais do jornal “O Estado do Paraná,” está expressa e com outros órgãos de divulgação, está expressa a vontade do povo o Paraná que deseja a CPI do pedágio, que está em mãos da bancada da Situação.

Nós estamos fazendo a nossa parte, a imprensa continuará fazendo a dela, a Igreja ou as Igrejas estarão somando para que a verdade seja mostrada, e nós estaremos senhor presidente, enquanto Deus permitir, nos dando força, nos dando um caminho reto porque não queremos pular em cima de ninguém e nem discutir com quem quer que seja. O que queremos é que nos dêem a oportunidade de mostrarmos o governo sério, o governo transparente, o governo que mostra na mídia as suas realizações que aplaudimos, algumas, mas, também queremos que as dúvidas colocadas, como esta do pedágio, das concessões das rodovias, sejam esclarecidas.

Por isso aqui estamos pedindo aos companheiros da bancada situacionista, nos dêem a oportunidade de a verdade sobre o pedágio do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, senhores deputados. Não quero aqui transformar em réplica o que disse o deputado Luiz Carlos Zuk, mas, quero dizer que esta questão de “laranja” está pegando tão mal, que está sobrando para todo mundo esta “laranjada”.

Acho que a Oposição poderia aguardar os acontecimentos para depois objetivar. Vamos aguardar os resultados das CPI's.

Agora, vim aqui falar coisa boa! Temos muitas coisas boas acontecendo no Paraná! Temos que ter a consciência, como deputados, do procedimento que ontem tivemos aqui. Fico imaginando as pessoas ilustres que estiveram aqui, qual o conceito que tiraram do nosso querido Estado do Paraná: que estamos numa terra arrasada, a verdade é esta! Só se fala coisa ruim aqui!

E, não vim falar coisa ruim, vim falar coisas boas, com dados, com números e provo para quem quiser. Quero me referir à posse do novo secretário de Justiça, Pretextato Taborda, que ocorrerá daqui a trinta minutos. Sei que muitos deputados irão prestigiar este ilustre paranaense que deixa a Casa Civil e vai para a Secretaria de Justiça para exercer uma missão importantíssima, vai cumprir um programa de reestruturação do sistema penitenciário do Estado do Paraná.

Já vinha fazendo, com brilhantismo, o atual secretário José Tavares e agora passa para a mão de Pretextato a construção de quatro penitenciárias industriais. Uma já foi construída em Guarapuava, já estando lá a Indústria Moval, em parceria com o governo. A Moval está empregando 400 detentos na fabricação de móveis, num trabalho inusitado e exemplar para todo o País, onde o apenado trabalha três dias e tem um dia reduzido na sua pena. Este trabalho de laboraterapia vem conseguindo milagres na recuperação de detentos, porque tira o homem daquele tempo ocioso em que fica na prisão e dá função para que ele possa crescer física e psicologicamente.

Temos, no Paraná, algo em torno de quatro mil presos e este programa que o governador Jaime Lerner está fazendo, em parceria com o governo federal, vai fazer com que, ao final da construção destas quatro penitenciárias industriais, tenhamos em torno de 80% dos nossos presos trabalhando, cumprindo pena produzindo, sendo útil, sendo preparado para ser devolvido à sociedade já com emprego garantido e em condições sociais e psicológicas de enfrentar a nova vida e ter uma nova oportunidade. É um programa humano, racional, um programa moderno.

(Utiliza Horário destinado à Liderança do PST)

Então, como eu vinha dizendo, no Brasil, hoje, em torno de 200 mil pessoas cumprem pena. E sabemos que não se consegue corrigir através da metodologia usada, hoje, que é somente tirar a liberdade do homem. É preciso dar a ele uma função, um trabalho, porque afinal hoje um preso custa em torno de 800 reais/mês, com todo o atendimento que é dado a ele: alimentação, vestuário, enfim, o trato que se dá ao preso fica em torno disso.

Então, esta iniciativa do governador Jaime Lerner em parceria com o governo federal vai aplicar em torno de 20 milhões de reais na construção destas penitenciárias estaduais. É uma revolução em termos penais. Temos certeza que o Paraná vai ser modelo para o Brasil e com isto vamos mostrar à sociedade que é possível corrigir o homem, é possível fazer com que o ser humano possa sair daquele estado letárgico da criminalidade e ir

para uma vida nova, com nova luz, com nova oportunidade junto à sua família.

Quero, neste momento, parabenizar Pretextato Taborda, uma pessoa a quem admiro e fiz uma amizade maravilhosa quando da sua passagem pela Casa Civil e desejar ao Taborda que ele continue trabalhando lá na Secretaria da Justiça com a mesma aplicação e entusiasmo que o fez na Casa Civil.

Também quero dizer que daqui para frente vou usar a tribuna para trazer dados e números positivos sobre o Paraná. O Paraná é um Estado exemplar da Nação. Não pode ser tratado de uma forma pejorativa, nojenta, como vem sendo tratado aqui nesta Assembléia, principalmente pela Oposição. Vou trazer números todas as semanas: de dados, de elementos, mostrando o potencial do nosso Estado em todas as áreas de nossa sociedade. E espero, com isso, trazer um pouco de conteúdo, um pouco de luz, para que possamos respirar progresso, respirar alegria, respirar alto astral, respirar bem querer, respirar auto estima do político paranaense. Porque, se formos levar em consideração o que foi falado aqui, nas últimas semanas!...

Estamos com o discurso doente, estamos doentes, companheiros. Precisamos olhar para a luz! Sair da escuridão e olhar para esta luz maravilhosa que bate sobre o Estado do Paraná! Governar é isso aí! É trazer modernidade, como Lerner está trazendo, fazendo estas penitências industriais, recuperando o paranaense e dando o exemplo para todo o País de cidadania.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

O terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, é o deputado Péricles Mello, a quem concedemos a palavra.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente e senhores deputados, é inacreditável! Às vezes não acredito no que escuto aqui. Ora! Todos sabemos e o povo do Paraná sabe quais os assuntos que foram debatidos nesta Casa durante este ano.

Gostaria de saber do deputado Divanir Braz Palma porque ele não assinou a CPI do Pedágio? Isso é muito estranho. O deputado esteve reunido lá do Cetcepar e os empresários lhe pediram para que assinasse a CPI e ele deu dezenas de justificativas frias e acabou não assinando.

(Tumulto no plenário)

Não posso entender o seguinte: debatemos a questão do pedágio, a questão do narcotráfico, a questão da compra da Copel, das ações da Sercomtel, do escândalo em Londrina, que envolve o Banco FonteCindam. E de repente a Bancada da Situação inventa CPI's que não são objeto de debate, nesta Casa, ou são muito superficialmente, com o único objetivo de esfriar a CPI, porque colocaram 11 membros na Comissão de Inquérito para que fique uma arrasadora maioria na composição, dando

pequena força à Oposição e para impedir a CPI do Pedágio, que é a CPI mais importante, neste momento, além da do Narcotráfico.

Porque temos centenas de provas que denunciam irregularidades, estudo técnico assinado por engenheiros e eu não sei se o deputado Divanir quer deixar sua consciência em paz ao proferir tais palavras daquela tribuna, mas nós não podemos enganar nossa própria consciência, de forma alguma.

Senhor presidente, senhores deputados, nós estamos entrando hoje, era para ser as 11 da manhã, deu um problema técnico, será as duas da tarde, os deputados da Oposição estarão na justiça federal na Rua Voluntários da Pátria, 532, entrando com uma ação popular para anular o contrato realizado entre o governo do Paraná e as concessionárias que institui a cobrança de pedágio nas estradas nos termos que nós denunciemos.

Nós achamos e repetimos que este é um dos maiores crimes da história do Paraná neste século, tal o absurdo dos números que ficarão para a história deste estado que não pode ser tratado como trata o deputado Divanir Braz Palma em função dos números. Cansei de repetir estes números aqui da tribuna, mas alguns são ridículos até. Uma concessionária dizer que gastou 82 milhões de reais para comprar guincho, ambulância e carro de fiscalização é inacreditável. Dizer que gastou 167 milhões de reais em dezoito meses apenas com folha de pagamento e mão-de-obra operacional das estradas; 62 milhões para construir praça de pedágio? A Rodonorte para construir 7 praças diz que gastou 32 milhões de reais e o deputado Divanir diz que não tem irregularidade nenhuma na questão do pedágio e por isso ele não assina a Comissão Parlamentar de Inquérito. E o crime maior, senhores deputados, é que foi o governo do Estado que definiu a tarifa e elencou as obras, portanto ele tinha que ter um estudo técnico que fizesse parte do contrato justificando o valor da tarifa. Ele não tem isto. O que ele fez ao contrário? Ele permitiu que a concessionária embutisse, como cláusula do contrato, a chamada proposta comercial que é esta proposta ridícula, absurda, superfaturada de até 500% e ela faz parte do contrato. Se houver um conflito agora entre o governo e a concessionária, como houve, ganha sempre a concessionária porque é cláusula do contrato que deve ser respeitada a proposta comercial. Além da concorrência fraudulenta porque impediu que as médias empresas se consorciassem na medida em que o capital mínimo exigido não era obtido pela soma do capital das empresas, mas pela média ponderada, pelo percentual de participação de cada uma, permitindo que as pequenas participassem tão somente em proporção muito pequena para calar a boca, uma operação cala a boca para que não reclamassem, para que tivesse uma fatia pequena entregando o controle total das rodovias, as grandes empreiteiras que não controlam só o Paraná, controlam rodovias do Brasil inteiro.

Portanto, senhor presidente, nós não temos mais nada a fazer. Aqui a CPI foi queimada, impedida de todas

as formas, da forma laranja mesmo, enganadora para que não saísse CPI. O que nós podemos fazer? Nós entramos na justiça esperando que exista justiça neste país e neste Estado e que o contrato seja anulado.

E a outra atitude que nós vamos desenvolver é uma ação de organização popular. Já estamos desenvolvendo, estamos lançando o jornal onde denunciemos todos os números a que me referi...

(Término do Tempo)

(Presidente concede mais um minuto)

... escolas Universidades, as ruas, organizando os caminhoneiros para que tenhamos um grande movimento que possa impedir que este crime se materialize contra o povo do Paraná, no dia 1º de maio. Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

No Pequeno Expediente, quarto orador inscrito, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, eu, de forma alguma posso aceitar sem oferecer uma resposta a afirmação que entendo absurda e desconexa do deputado Divanir Braz Palma que diz que as acusações e discursos oriundos da Oposição eles vem na forma pejorativa e nojenta.

São duas afirmações, deputado Divanir, que não cabe a altura da qualificação pessoal que tem Vossa Excelência, do comportamento que tem na vida pessoal e empresarial, dizer que a Oposição age de forma pejorativa e nojenta é tentar realmente enlamear todo este esforço que fazem os deputados da Oposição em bem representar e refletir nesta Casa a manifestação do povo paranaense.

Disse Vossa Excelência também que os discursos oriundos a Oposição são discursos doentes. Esqueceu Vossa Excelência de dizer que a causa dessa doença é um vírus chamado Jaime Lerner S.P. Me desculpe deputado, não gosto de vir á tribuna para esse tipo de manifestação, mas não posso uma manhã de quinta-feira ouvir calado uma afirmação de Vossa Excelência, que já foi infeliz no começo da semana quando ofendeu parlamentares desta Casa, como o deputado Baratter, deputado Caíto Quintana quando disse: "Ninguém aqui é congregado Mariano", como que ofendendo a esse departamento, a esse segmento da Igreja Católica que tantos e relevantes serviços tem prestado ao movimento de cristianização das populações.

Lembro-me ainda quando moleque, quando jovem, a dedicação que o meu saudoso e velho pai tinha como membro da Congregação Mariana de Jardim Alegre. E não era ele nenhum desqualificado, não era ele nenhum despreparado, não era ele nenhum inocente como quis Vossa Excelência colocar nessa expressão que muitas vezes popularmente é utilizado para definir pessoas inocentes. Até entendi a maneira como Vossa Excelência

colocou, mas não ficou bem porque o deputado Caíto Quintana, se não sabe Vossa Excelência, integrou o movimento da Congregação Mariana e atingiu um grau superior, que é aquele do chamado congregado da fita larga, e posso dizer isso porque sempre participei dos movimentos da igreja, não tive o privilégio de ser coroinha cruzada, minhas irmãs foram filhas de Maria, minha mãe foi do apostulado da oração, tive o privilégio apenas e tão somente de durante dois anos cantar no Coral da Igreja Nossa Senhora do Rossil em Jardim Alegre. Então, essas informações não cabe a Vossa Excelência, eu o conheço Vossa Excelência, eu o admiro como empresário, como pessoa, mas Vossa Excelência vir dizer aqui que nós estamos fazendo discursos pejorativos e nojentos, que os nossos discursos estão doentes. Se eles estão doentes seria então por causa desse tipo de vírus que ocupou o Paraná, o Jaime Lerner, e minúsculo daí sp. Eu lamento ter que dizer isso.

Mas, venho à Tribuna, senhor presidente, para registrar uma situação de preocupação de suinocultores do Paraná e Santa Catarina.

O BNDES, Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social, prioriza empresa americana Carol Foods com financiamento na ordem de 10 milhões de dólares para a implantação de uma grande unidade de produção de matrizes de suínos no município de Diamantino, Mato Grosso.

A implantação desta unidade que vai propiciar a presença de cerca de cinquenta mil matrizes e a possibilidade de um abate diário de quatro mil suínos, causa preocupação aos paranaenses e aos catarinenses porque certamente o Paraná e Santa Catarina sempre estiveram na vanguarda, sempre estiveram à frente na produção suínica. E tem tantos paranaenses e catarinenses suinocultores enfrentando dificuldades terríveis, os deputados da região oeste, sudoeste sabem disso, porque os recursos colocados a disposição dos suinocultores do Paraná e Santa Catarina estão muito a quem, mas muito a quem mesmo do que esses recursos de 10 milhões de dólares que se coloca hoje para a Carol Foods, empresa norte-americana que está se instalando no Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Senhor deputado, o senhor tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Com autorização do Líder Nereu Moura eu solicito a Vossa Excelência que me conceda o horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Vossa Excelência a partir desse momento fala no horário da Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Obrigado. E essa preocupação nossa em trazer a notícia no dia de hoje senhores deputados ela tem a ver também com outras constatações que nós estamos fazendo. Na sessão de ontem à tarde o deputado Ademar Traiano disse que estava com a alma repleta de alegria, disse que estava elevado o seu espírito depois de ter participado de uma visita à AUDI Wolskswagen, em São José dos Pinhais, porque aquela empresa que tinha recebido benefícios do Paraná estava a ofertar cerca de 1.500, 1.800 empregos ao povo do Paraná. E eu gostaria, na tarde de ontem, não foi possível fazer o pronunciamento, porque a sessão se interrompeu, mas eu gostaria de perguntar ontem, ao deputado Traiano, se o volume de alegria que ele possuía pela AUDI era o mesmo volume da tristeza que deve estar movendo os paranaenses, por não mais sermos o grande e maior produtor de soja deste País. Porque neste ano, fruto, é evidente, de algumas questões climáticas, mas fruto também da ausência de uma política estadual de apoio ao setor produtivo rural, o Paraná perde a condição de maior produtor de soja, deste País, justamente para o Estado do Mato Grosso.

O Paraná já perdeu, há alguns anos atrás, neste governo, a condição de ser o primeiro produtor de algodão, deste País. Então eu gostaria de saber do deputado Traiano, se a alegria que ele sentia pelos 1.500 empregos, pelo brilho do mármore, do granito, no piso da fábrica AUDI era no mesmo volume de tristeza que ele sentia pela perda do Paraná da condição de ser o maior produtor de algodão, de soja, deste País? Porque, enquanto de um lado se estimulou, pesadamente, com incentivos fiscais, a indústria automotiva, de outro lado esqueceu-se o produtor rural, e o Paraná, que sempre foi colocado como maior produtor disso e daquilo, já perdeu o primeiro lugar, no algodão, há uns 3, 4 anos atrás, já perdeu este ano a condição de primeiro produtor de soja! Certamente haverá de perder outras importantes posições, e isso não significará a perda de 1.500 empregos não, significará a perda de milhares e milhares de empregos diretos, como foi no caso do algodão, onde o Paraná deixou de ofertar cerca de 250.000 postos de trabalho, na lavoura algodoeira!

Faço este registro também da preocupação dos suinocultores, senhores deputados, porque há pelo menos um ano e meio nós estamos tentando, junto ao BRDE, num trabalho conjunto da Assembléia Legislativa do Paraná, do Sindicard, a Associação Paranaense dos Suinocultores, estamos tentando a PAS do Paraná, junto ao BNDS a formalização de um programa que possa financiar a adoção de medidas da eliminação dos dejetos e na proteção do meio ambiente, já que a atividade suinícola é altamente poluidora do meio ambiente, se não forem tomados os cuidados devidos e necessários.

Só para se ter uma idéia, um animal adulto, suíno, produz ao redor de 25 a 30 quilos, diários, de dejetos, representados pela urina, pelas fezes, pela água de limpeza das instalações. Estes dejetos se lançados sem nenhum tratamento, sem nenhum cuidado a céu aberto ou

nos nossos rios, certamente irão causar danos terríveis e irreversíveis!

Por esta razão, senhor presidente, faço este registro e vou tomar providências para que esta nota, publicada na Folha de Londrina, do dia 5 de abril possa chegar a todos os deputados, para que todos possam sentir a gravidade deste problema em cima da suinocultura, que já vem sofrendo com uma diminuição, nos últimos dias, de 30% no seu preço, sem que a mesma redução tenha acontecido, no que diz respeito ao custo de produção.

Encerro, dizendo a todos os senhores e era para termos falado isso no início da semana mas dado ao acalorado dos pronunciamentos não foi possível inserirmos uma prestação de contas da viagem que fizemos, junto com o deputado Algaci Tulio, na última sexta-feira à Curitiba, Mato Grosso, numa reunião do parlamento amazônico. Onze Estados da região Norte, Centro Oeste estavam presentes aquela reunião, onde, mais uma vez, se discutiu, em profundidade, questões da responsabilidade fiscal, da reforma tributária e se discutiu com muita emoção até por parte dos parlamentares do Norte a questão da Região Amazônica.

Talvez não saibam os senhores, conseguimos identificar um sentimento de preocupação no que diz respeito a exploração e ocupação da Amazônia.

O caso mais crítico hoje se encontra no Estado de Roraima. Onde existe um conflito muito grande entre os índios com relação a demarcações das reservas indígenas; entre índios e fazendeiros; entre políticos e índios; entre políticos e fazendeiros e entre políticos e a igreja. E quase todos contra as organizações não-governamentais. Existe 300 delas atuando na Região Amazônica cuja doação é intensamente criticada pelas lideranças políticas e comunitárias.

Nessa viagem pudemos sentir o desejo dos parlamentares para que não haja essa interferência tão forte e tão pesada das organizações não-governamentais, por eles instituída como indivíduos não-governamentais que se insere na Amazônia. Era isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, deputado Antonio Baratter.

Gostaria antes de conceder a palavra ao deputado Antonio Carlos Baratter de registrar a presença dos ex-deputados Nilsen Barese e Nivaldo Krigger.

O SR. ANTONIO BARATTER

Em função do pequeno número de deputados declino da palavra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna para falar de dois problemas que preocupam o povo do Paraná.

Primeiro é a questão do narcotráfico, pelas razões óbvias que todos sentem, o chefe de família, a dona de casa, os professores e as autoridades.

O segundo problema, pois está mexendo com o bolso do povo do Paraná que é o pedágio. Se esses problemas representam sentimento da população, não podemos aceitar o discurso infeliz do deputado Divanir Braz Palma tentando desviar a atenção desta Casa para os problemas menores, que podem muito bem serem discutidos aqui, mas não pode esse discurso tentar falsear a verdade.

Atribuiu no seu discurso o deputado Divanir Braz Palma a responsabilidade das Oposições para denegrir a imagem do Estado, a imagem desta Casa.

Acho que o deputado foi muito infeliz, porque quando se estampa hoje na Folha de São Paulo, na parte do cotidiano, na página 05, uma entrevista com o ex-delegado geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, não foi a Oposição que fez isso. Não é a Oposição que está dizendo que o delegado não se entrega porque tem medo de ser morto pela Polícia Militar. Isso está na Folha de São Paulo na grande imprensa deste País.

Então, não podemos continuar convivendo com esses discursos vazios e ofensivos, é um discurso farisaico.

Infelizmente numa manhã de quinta-feira, quando se pensa que as sessões serão brandas, somos obrigados a ouvir essas ofensas que ele falou em seu discurso contra todos nós.

Não só contra nós da Oposição, mas contra todos os parlamentares desta Casa e contra o poder. A democracia exige e prevê adversidades de opiniões, a liberdade de manifestação e não são com ofensas que vamos nesta Casa ter uma convivência ética e parlamentar.

Não atribuo mais a Oposição essas iniciativas. Quando se discute aqui a questão do pedágio, que é uma questão matemática. Quando se mexe no bolso do cidadão, quando se promove uma verdadeira derrama no bolso do povo do Paraná, é uma questão legítima.

Agora, fazer ataques pessoais, atribuir a Oposição a responsabilidade daquilo que está se passando neste Plenário, isso é brincadeira de mau gosto, é atitude de um fariseu, que prega uma coisa e pratica outra.

Portanto, essa Casa repudia este discurso ofensivo, que foi o discurso do deputado Divanir Braz Palma, nesta manhã de quinta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Encerrado o Pequeno Expediente. Não há nenhum orador inscrito no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças. PTB com a palavra o senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a tribuna para dizer que lamento, profundamente, o que aconteceu ontem aqui nesta Casa. Foi uma pena que não tivesse tomado conhecimento antes do teor do encontro entre o nosso presidente Nelson Justus e líderes da comunidade que aqui estiveram ontem, entregando documento, fazendo reivindicações à Assembléia. Se eu tivesse sabido o conteúdo da conversa, certamente o meu discurso, ontem, teria sido quem sabe um discurso pesado em relação a essa situação e até aproveitando a presença dos líderes do Movimento que estiveram aqui. Porque a "Folha do Paraná" - na sua edição de hoje, traz que houve uma certa rispidez no encontro entre o presidente Nelson Justus e os líderes que aqui estiveram. Porque tentaram intimidar o presidente - pelo que pude sentir na matéria do jornal, quando o presidente da Comissão Pastoral da Terra - Darci Frigo, disse que as entidades querem investigações aprofundadas: "Não queremos uma CPI pela metade." Ora, todo mundo se acha no direito, agora, de achar? E querem mais ainda: O presidente da CPT pediu para que Nelson Justus não nomeie deputados governistas para a função de relator e presidente da CPI. Quer dizer, querem impor o controle externo dentro da Assembléia Legislativa. O que é isso minha gente! Vamos se dar o respeito! O respeito que temos às entidades, o respeito que damos a elas o direito de reivindicar, de cobrar de nós, políticos, uma posição. Ninguém tira esse direito. Agora, se intrometer no trabalho interno da Assembléia, não podemos aceitar.

Por isso quero trazer minha solidariedade ao presidente deputado Nelson Justus que foi firme, que foi correto nas suas posições, respeitando as entidades, os seus líderes aqui representados, mas não permitindo imposições. Não podemos ceder, não podemos aceitar esse tipo de pressão porque, afinal de contas, somos representantes da população e cada um aqui está a cumprir o seu papel. Por isso subi à tribuna apenas com essa intenção: de trazer a solidariedade ao nosso presidente e até mesmo pedir da Bancada Governista uma posição nesse sentido até. De uma nota de repúdio a essas afirmações por que, afinal de contas, o que está acontecendo? Será que todos somos suspeitos, será que não temos competência, será que não temos a credibilidade necessária? O que é isso?

Não vou jogar 20 anos de carreira política aceitando uma afirmação e aceitando uma imposição desta forma. Por isso, senhor presidente, é preciso que a gente tome as rédeas da situação. Esta Casa é uma Casa de respeito e quando se ataca a Situação, hoje, se atacará a Oposição amanhã. Não queremos nesta Casa ver o que está acontecendo, hoje, no cenário nacional. Quando vemos dois líderes nacionais ocupando manchete de jornais, espaço de televisão e rádio onde estão se degladiando, numa briga que não traz nada para o País, num momento em que o País sofre problema de desemprego, de salário mínimo baixo e de tantos outros problemas. Queria trazer a minha solidariedade ao presidente e dizer,

também, que quando fiz o meu discurso ontem aqui, e um jornal do interior hoje traz uma matéria dizendo que eu só critiquei no momento em que não estavam mais aqui. E não é verdade. Eles é que não ficaram até o final do meu discurso, senão teriam ouvido aqui o que eu coloquei ontem, quando eu disse que todos nós somos culpados da situação que o país está hoje, inclusive eu me incluo entre eles.

As instituições fecharam os olhos para o que vinha acontecendo neste país, todas, a classe política, a Igreja, OAB, todo mundo a imprensa também, todo mundo fechou os olhos. Foi preciso aparecer na CPI nacional para começar mostrar as coisas e botar as coisas às claras, aí todo mundo agora se arvora no direito de ser o pai da criança. Eu, quando disse ontem aquilo aqui, naquele momento no discurso, não observei se já não estavam mais. Portanto, não fiz o meu discurso só depois que eles saíram não, eu fiz o meu discurso, eles é que não ficaram até o final do meu discurso, e pena que eu não fiquei sabendo, repito mais uma vez, do conteúdo da conversa lá na Presidência, senão eu faria naquele momento o repúdio na presença das autoridades.

Isto aqui é um Parlamento, somos responsáveis, somos deputados representando o povo e portanto, não podemos aceitar o que o interesse externa, que eles têm o direito de reivindicar têm, esta é uma Casa democrática. Agora, vir impor e fazer esta acusação de não aceitar deputados governistas na presidência e relatoria de comissões, isto é o fim da picada, não se pode aceitar de maneira alguma, por isso eu conclamo, deputado Valdir Rossoni, na reunião da próxima 2ª feira, porque hoje já não temos mais a presença de todos, 2ª ou 3ª feira, para tirar uma nota de repúdio ao seu Darci Trigo, que afinal de contas vem aqui querer impor situações dentro da Assembléia.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de somar, me solidarizar com o presidente Nelson Justus, mas acredito que nós não devemos dar a importância ao seu Darci Frigo, este é um parasita dos sem-terra, um gigolô dos sem-terra do Paraná, que se ele quiser opinar aqui nesta Casa que se candidate a deputado, se eleja deputado e que venha aí sim colocar aqui o que ele pensa e o que ele quer.

Agora, o que eu estranho mais, não é que me revolta, eu sou católico, apostólico romano, o que me deixa assustado é quando dois bispos acompanham um determinado senhor chamado Darci Frigo, que vem fazer ingerências dentro de um Poder. É o mesmo que nós irmos ao Tribunal de Justiça, e quer ditar normas ao presidente do Tribunal de Justiça.

Então, deputado Algaci Túlio, eu me somo a Vossa Excelência me solidarizando com o presidente Nelson Justus, pela postura firme que teve, mas não vamos dar importância a Darci Frigo porque este não representa nada para nós, a não ser um parasita que está aí sobrevivendo da miséria dos sem-terras e dos menos favorecidos do Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado deputado Valdir Rossoni, lembrando que eu também já fui coroinha e fui congregado mariano também.

Eu quero concluir, dizendo também deputado Orlando Pessuti, o aparte que eu visava fazer a Vossa Excelência dizer de quanto foi proveitosa a nossa ida a Cuiabá, Mato Grosso, participar do Parlamento Amazônico, e nós pudemos observar o quanto é forte a liderança do deputado Orlando Pessuti, que conhece a todos e todos o conhecem, e a experiência como integrante do Parlamento do Sul, como candidato a presidente da Unale, tem mostrado esta capacidade do deputado Orlando Pessuti, e eu digo aqui, de peito aberto, muito embora sejamos deputados de Oposição, um ao outro, mas com muito respeito, dizer que foi uma felicidade muito grande poder acompanhá-lo representando a Assembléia, porque Vossa Excelência pode colocar aos companheiros daquelas regiões que hoje enfrentam problemas seriíssimos com as ONG's internacionais, com a própria igreja agindo bastante naquela região, em detrimento ao crescimento e desenvolvimento da região.

E, Vossa Excelência pode colocar sua experiência no Parlamento do Sul, envolvendo os Estados do Sul e isto foi bastante proveitoso. Fiz muitas anotações das palestras extraordinárias que tivemos lá e estamos aguardando as cópias taquigráficas que serão valiosíssimas, porque não são só de interesse da Amazônia, Roraima e Mato Grosso, mas do Brasil, para que nós, do Sul, possamos saber o que está havendo, a interferência internacional que está ocorrendo em território brasileiro.

Tenho certeza que quando vier este material, poderemos mostrar o quanto foi importante nossa presença no Parlamento Amazônico.

O Sr. Orlando Pessuti

Gostaria de dizer que temos, nos dias 12 e 13 de abril, em Campo Grande, Mato Grosso, uma reunião do Parlamento do Sul. Uma comitiva do Paraná estará presente, porque uma das coisas que temos colocado é que não podemos ficar ausentes deste debate da Lei de Responsabilidade Fiscal e Reforma Tributária e de conhecer estes movimentos que estão acontecendo em outras regiões, porque o movimento do Parlamento Amazônico está crescendo num sentido muito determinado, que poderá, na seqüência, se não nos precavermos, algumas ações governamentais virem até em prejuízo da nossa região.

Então, quando vamos a uma reunião do Parlamento Amazônico e para alguns possa parecer até desnecessária, não vejo desta forma. O deputado José Maria Ferreira esteve em Manaus conosco, junto com os deputados Cesar Seleme e Ademir Bier numa outra reunião do Parlamento Amazônico e lá também pudemos observar isso.

Existe um problema de aspecto nacional, de soberania nacional, ao qual todos temos que nos somar e que

o Parlamento Amazônico está pedindo o nosso apoio. Mas nós, enquanto Parlamento do Sul, temos que acompanhar de perto as reivindicações que eles estão fazendo, dos aspectos da Reforma Tributária, principalmente para que nós, da Região Sul, não sejamos pegos de surpresa lá na frente, como já fomos no episódio da Constituição de 89, quando se estabeleceu a imunidade tributária nas operações de venda de energia e combustíveis de modo geral de um Estado para o outro, o que penalizou terrivelmente o Paraná em cerca de 400 milhões de dólares por ano.

Agradeço as referências pessoais à minha pessoa e a sua presença nesta reunião que foi bastante oportuna para o Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO

Lembrando somente que a Amazônia não é um problema para o Brasil, é uma salvação. Por isso cabe a nós também discutir toda esta situação da Região Amazônica.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria de cumprimentar a Mesa que dirige os trabalhos da sessão de hoje, porque pela primeira vez, depois de tantos anos, a Oposição consegue ter uma Mesa por inteiro presidindo uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Horário das Lideranças.

PSDB.

Liderança do governo.

(**Declina**)

Com a palavra, a Liderança das Oposições.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, ontem e hoje pela manhã os jornais pautavam a briga que vimos no Congresso Nacional, de 2 senadores que apoiam a política excludente de Fernando Henrique.

Não quero transformar a sessão na vergonhosa sessão que foi, ontem, no senado federal, o que aliás não é lá costumeiro. Mas, eu não posso admitir, senhor presidente, de maneira alguma que esta Assembléia, manifestada pela opinião dos deputados que apoiam o governo, digam para as entidades representativas do Estado do Paraná: OAB, CNBB, sindicatos, associações de magistrados, associações de promotores de justiça, movimento estudantil, o que eles devem opinar ou não opinar. A opinião dos movimentos organizados no Estado do Paraná é de que a Bancada do governo está prostrada aos interesses do governo do Estado. Portanto, na opinião destas lideranças, seria prudente que a CPI do Narcotráfico tivesse uma representação equilibrada, inclusive com esta questão de relator e presidente. Esta é uma opinião das entidades! Não serei eu, parlamentar, que estou sintonizando, se assim me convier, com os interesses da

opinião pública de dizer: “olha, você não fala isso, não fala aquilo”.

Evidentemente a Assembléia pode ouvir e não concordar. É uma opinião e esta opinião, creio eu, é da maioria dos paranaenses, pelas entidades representativas. No meio destas entidades está, junto com a CNBB, como departamento da CNBB, a CPT, Comissão Pastoral da Terra. Esta Comissão Pastoral da Terra, vem propondo alternativas de políticas para a questão da reforma agrária, portanto, não é de hoje, é desde 1978, Frei Beto, Dom Pedro Casaldaglia, Dom Paulo Evaristo Arns e tantos outros que conceberam estas entidades, esta Comissão Pastoral da Terra. E tem no Paraná um ilustre brasileiro chamado Darci Frigo: advogado, militante religioso, que compõe a CPT.

Darci Frigo é cidadão emérito curitibano, título concedido pela Câmara Municipal de Vereadores. Darci Frigo faz parte do Conselho dos Direitos Humanos, que está lotado junto ao Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Então, não é Darci Frigo merecedor das calúnias proferidas neste parlamento com a palavra “gigolô”. Além do mais, Darci Frigo, que vive com poucos recursos, com sua família ameaçada pela polícia do seu governador, Jaime Lerner, ameaçada pelas pessoas que são denunciadas pelo narcotráfico, por pessoas que têm cobertura por este governo chamado Jaime Lerner, que vive sob esta intensa acusação e perseguição, sua vida franciscana defendendo os interesses dos mais pobres.

E digo mais, deputado Valdir Rossoni, Darci Frigo, inclusive, tem inúmeras vezes seus posicionamentos contrariados pelo Movimento dos Sem Terra. Ele tem, inclusive, problemas de relação com este Movimento, porque defende a reforma agrária no viés da lucidez e da tranquilidade. Não merece, absolutamente, este xingamento produzido aqui por este parlamento, de “gigolô”. Deputado Rossoni, o pronunciamento de Vossa Excelência, espero que Vossa Excelência retire o que falou para uma pessoa que tem todos estes adjetivos, adjetivos que o qualificam nesta intenção de ajudar os que mais precisam do Paraná. A Comissão Pastoral da Terra, deputado Valdir Rossoni, faz coleta de pão amanhecido de padaria para dar a famílias acampadas, assentadas, famílias dos bairros, fazem ações de discussão do ponto de vista política da reforma agrária que o seu governo não apresentou até hoje uma política de reforma agrária do estado do Paraná para os interesses do povo do Paraná, não para os fazendeiros. O Darci Frigo é a pessoa que tem demonstrado que o governo do Paraná comete as arbitrariedades e tem sofrido repressão e Vossa Excelência sabe muito bem disto. Se é gigolô deve estar tremendamente rico. Por que Vossa Excelência então não pede para quebrar o sigilo fiscal e bancário do Darci Frigo? Vamos pedir? Se é gigolô faça desta forma. Mera acusação deste nível não podemos aceitar.

Por outro lado, gostaria de manifestar a minha opinião do ponto de vista pessoal - Darci Frigo é meu

amigo, foi convidado por mim a filiar-se no PT e sair como candidato a deputado estadual, na eleição passada. Se eu tivesse feito quem sabe o senhor hoje estaria insultando não um cidadão de reconhecida idoneidade e de representatividade nacional, não é estadual não, nem de Curitiba, é nacional, estaria proferindo insultos a um deputado estadual, porque ele é uma pessoa que tem um prestígio inominável no estado do Paraná.

Eu não quero aceitar desta forma, não vamos transformar isto numa briga pessoal entre eu e você, mas gostaria de ressaltar aqui, estou defendendo o meu amigo e por outro lado estou defendendo aqueles que sempre defenderam os mais pobres, porque rezar, rezar na igreja e se católico de carteirinha não significa que deva dar apoio a um governo que não tem um gigolô Darci Frigo e sim o Keps de Noronha, porque a Folha de São Paulo mostrou que o Keps de Noronha está aqui no Paraná e o Governo nenhuma nota oficial, nenhum pronunciamento para pegar este bandido. Cadê o governador Jaime Lerner? Cadê a bancada de Situação que quer o Noronha nas grades? Cadê? nenhum pronunciamento. Não teve um deputado naquela tribuna que pediu a prisão de Keps de Noronha. Este é o gigolô e duvido muito que não esteja nos porões do Palácio Iguazu, acobertado, ajudado e acobertado pela própria polícia palaciana. Duvido muito que não esteja bebendo do café quente, adocicado pela gentileza do senhor governador Jaime Lerner. Duvido muito se os garçons não estão tendo trabalho dobrado para servir pratos quentes a Keps de Noronha lá no Palácio Iguazu. Este é o gigolô que Vossa Excelência, o seu governo carrega, este é o gigolô que eu gostaria de ver preso e gostaria de que tivesse o seu sigilo fiscal quebrado, sigilo telefônico e que o governo do Estado do Paraná explicasse para a nação e para a Folha de São Paulo o que está fazendo com o Keps de Noronha.

Então, por gentileza, eu vou pedir a Vossa Excelência que peça a quebra do sigilo fiscal, bancário e o que mais for para quem o senhor acha que é gigolô. Não posso admitir de maneira alguma que isto aconteça. Obrigado, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, faço uso do horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Já passamos o horário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, ontem, ontem pela Ordem foi o Horário das Lideranças, o último das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

O que a secretaria da Mesa me apresenta é que a Liderança do Governo, eu inclusive já chamei liderança do governo em primeiro e a Liderança da Oposição era a última.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Então, somente quero dizer ao deputado ilustre líder...

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não cabe questão de ordem, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Então, eu me inscrevo em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Está inscrito em Explicações Pessoais.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos a Ordem do dia.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requero verificação de quórum, com chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (**Ademir Bier**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

Doze (12) senhores deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Não havendo quórum para prosseguimento da sessão, convoca-se a Casa para Horário Regimental na segunda-feira, e antes gostaria de lembrar aos senhores deputados que hoje será realizada Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Davi Tauns, por proposição do senhor deputado Orlando Pessuti, às 17 horas, para o qual solicitamos o comparecimento.

Neste momento, encerramos a sessão por falta de quórum. Fica prejudicada a inscrição do deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Só quero dizer o seguinte, se Vossa Excelência me permitir: não retiro nenhuma palavra do que disse quanto ao senhor Darci Frigo.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 090, 538/99, 064 e 076/00.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216, 612, 649/99, 016, 056, 058, 068 e 070/00.

Levanta-se a sessão.